



TRABALHO E DESIGUALDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE AS REDES DE SENTIDO ESTRUTURANTES DE RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

Mariana Jantsch de Souza¹

Naiara Souza da Silva²

Apresentamos uma análise acerca do tema trabalho enquanto categoria estruturante das relações sociais no modo de produção capitalista. O trabalho é tomado, também, enquanto direito humano fundamental social, referindo-se a situações jurídicas atinentes à dignidade, igualdade e liberdade. O gesto de leitura empreendido ampara-se na teoria materialista da Análise de Discurso (AD), de Michel Pêcheux, cujos pressupostos subsidiam a problematização de relações estruturalmente desiguais em uma formação social capitalista e sua fase ultraliberal.

Partimos de reflexões anteriores que analisam o modo como o trabalho foi significado, no Brasil, em tempos de crise sanitária (Silva; Souza, 2021, 2022), e em contextos de escravidão moderna (Souza; Silva, 2023, 2024), para pensar, nesta oportunidade, sobre o trabalho em contextos de emergência climática, especialmente quanto às enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024.

A nosso entender, observar o modo como trabalho é significado contribui para a compreensão do processo de discursivização das relações de força que estruturam o “edifício social brasileiro” e evidencia a desigualdade imanente a esse funcionamento: é preciso manter e nutrir as relações de desigualdade/subordinação para a própria retroalimentação do sistema, fazendo com que funcione o motor da ideologia, em termos pêcheuxtianos.

A crise sanitária (2020-2023), foi o ponto inicial de nossos gestos interpretativos, demarcando um percurso teórico-analítico cujo foco é a compreensão dos processos sociais contemporâneos de acirramento das vulnerabilidades das classes trabalhadoras e de violação de seus direitos fundamentais. Neste momento, dedicamos nossa atenção aos eixos temáticos trabalho e pandemia e analisamos algumas sequências discursivas, tais como as seguintes:

SD1: “[...] sou totalmente contrário a esse lockdown [...] O Brasil **não pode parar dessa maneira**, o Brasil não aguenta, **tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. O Brasil não tem essa condição de ficar parado assim.** As consequências que nós vamos ter economicamente no futuro vão ser **muito maiores do que as pessoas que vão morrer** agora com o coronavírus. [...] Nós não podemos **por conta de 5 mil pessoas, 7 mil pessoas que vão morrer**, eu sei que é muito grave, eu sei que isso é um problema, mas muito mais grave é o que já acontece no Brasil [...]” (Corona vírus, 2020, Correio Braziliense, grifamos).

¹ IFSul campus Venâncio Aires/RS, Pós-doutora em Ciências da Linguagem (Unisul, 2024). E-mail: marianasouza@ifsul.edu.br.

² Unipampa campus Jaguarão/RS, Doutora em Letras (UFPel, 2019). E-mail: naiarasilva@unipampa.edu.br.



Neste primeiro contexto de crise, propomos pensar a luta de classes compreendendo que a pandemia foi vivenciada, em nosso país, de modo distinto para cada classe social. Essas práticas discursivas evidenciam as violências de diversas ordens que as classes dominantes exercem sobre as classes trabalhadoras, pois a proteção e a prevenção dos riscos sanitários funcionaram discursivamente como privilégio de classe, delimitando a linha tênue entre a vida e a morte. Também problematizamos qual seria o Brasil que precisa trabalhar, que não pode “ficar parado”, que precisa produzir retomando as violências da classe dominante.

Na continuidade reflexiva, tratamos da categoria trabalho em contextos de escravidão moderna, considerando as seguintes situações: i. denúncia de trabalho análogo à escravidão, em fevereiro de 2023, resultando no resgate de 207 trabalhadores em condições de trabalho degradantes em uma vinícola em Bento Gonçalves-RS; ii. flagrante de trabalho em condições degradantes, em novembro de 2023, sendo encontrados 6 trabalhadores em situação de escravidão moderna, na Fazenda Talismã, em Jussara-GO. Foram analisadas sequências discursivas como:

SD 2: “Tá **tudo muito estranho** nessa história... Por que mandaram os caras de volta e não regularizaram a situação de trabalho? Há quanto tempo estavam assim? **Nunca reclamaram antes? Muito estranho**” (GZH, 2023, grifamos).

SD 3: “Até agora, **só a precariedade do alojamento se sustenta**” (GZH, 2023, grifamos).

SD 4: “Alguma coisa de errado não está certo neste caso. Quanto aos baianos, o que vai mudar é só o endereço. **Esta situação de trabalho escravo não poderia ter sido evitada por eles mesmos? Tenho dúvidas ainda se os trabalhadores eram subjugados e presos para não fugirem? Havia segurança armada proibindo a fuga dos trabalhadores?** Se isto ocorreu, certamente dá para considerar trabalho escravo. Se não ocorreu, **houve concordância dos trabalhadores com as condições apresentadas**. Não dá para ir condenando sem verificar os fatos” (GZH, 2023, grifamos).

Nesta segunda fase de nosso percurso, observamos que no contexto neoliberal e racializado, sentidos atribuídos ao trabalho reproduzem e naturalizam práticas de dominação e silenciamento, quando se trata de trabalho em condição análoga à de escravo. Neste processo discursivo quem deveria proteger seus próprios direitos é o trabalhador e se ele está em uma situação precária e/ou degradante de trabalho é porque não fugiu ou não reclamou. Esse funcionamento cinicamente mascara a desigualdade que subjaz e estrutura as relações de trabalho.

Portanto, percebemos que continuam ecoando, para além do contexto da pandemia, efeitos de sentido que culpabilizam a classe trabalhadora por ter direitos, por não poder ser submetida a toda sorte de abusos e excessos cometidos por empregadores. Agora, em situações de crime de redução à condição análoga à de escravo, o próprio trabalhador era significado como responsável pela sua possível/provável escravização: quem não fugiu/reclamou foi o trabalhador.

Agora, chegamos à terceira fase do nosso percurso teórico-analítico e dedicamos nossa atenção aos eixos trabalho e emergência climática. Trata-se do contexto das enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024, o qual nos permite continuar buscando compreender os processos



sociais contemporâneos de acirramento das vulnerabilidades das classes trabalhadoras. As figuras abaixo buscam retomar essa memória pela imagem da enchente, para retomar a gravidade deste acontecimento.



Fonte: Sampaio, 2025.

Precisamos ressaltar que se trata, em nosso ponto de vista, de um acontecimento em processo e resultante das diversas violências de estado, como por exemplo o afrouxamento das legislações ambientais ocorridas no primeiro mandato do governador Eduardo Leite. Também entendemos que o uso de determinados termos evidencia-se como uma estratégia discursiva: nomear este acontecimento por meio de termos como tragédia, desastre funciona, discursivamente, desviando o foco das responsabilidades estatais e humanas em relação ao evento. Nessa direção e sentidos, podemos entender que se trata de um discurso cínico daqueles que culpam a natureza pelo acontecimento e, entre outras aspectos, nos impele a não viver o luto do trauma, a simbolizar essa dor e a vivê-la.

Diante disso, optamos por não nomear este acontecimento histórico com os termos referidos, o trataremos como *acontecimento ambiental-político*, usando de empréstimo essa expressão de Mittmann e Cassana³, justamente para evidenciar a compreensão de que se trata de uma violência de estado.

Para analisar esse acontecimento a partir dos eixos trabalho e crise climática, nossa inquietação parte dos seguinte fatos noticiados nas mídias: i. desligamento de 230 trabalhadores do aeroporto de Porto Alegre em maio de 2024 durante a enchente; ii. 63% das indústrias gaúchas sofreram paralisação das atividades por causa das enchentes; iii. MPT recebeu 203 denúncias de violações trabalhistas decorrentes das enchentes. Para cada situação, selecionamos um recorte do texto da notícia:

60% das denúncias após enchentes no RS são de **abusos de empregadores**; o que fazer? Ministério Público do Trabalho compartilhou dados mais recentes: **ameaças de demissões e convocações para trabalhar em áreas de riscos são destaques** (Sutto, 2024).

MPT investiga denúncias de **comparecimento obrigatório ao trabalho em áreas alagadas no RS**. Relatos estão entre **denúncias de violações trabalhistas ligadas às enchentes**,

³ Trata-se de um trabalho apresentado pelas autoras no VII Marcas da Memória, realizado em setembro de 2025, na Unisul - Palhoça/SC. O título do trabalho é: “*As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul: memória e resistência no acontecimento político-ambiental*”, com resumo disponível no site do evento.



apurada em regime de urgência com tramitação prioritária. Ministério Público do Trabalho afirma que 80% dos casos aconteceram em Porto Alegre (Ravazzolli, 2024).

As denúncias de **irregularidades trabalhistas** no setor portuário e aquaviário do Rio Grande do Sul aumentaram 81% em 2024, em relação ao ano anterior. A informação foi divulgada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado. **O aumento está relacionado ao desastre climático de 2024**, já que cidades inteiras ficaram isoladas ou com acesso restrito, como Porto Alegre, que ficou sem aeroporto (Ghaouri, 2025).

De início, nesta empreitada teórico-analítica em andamento, problematizamos alguns elementos desse discurso: a insistência em nomear o acontecimento como catástrofe, calamidade ou desastre ambiental; bem como o uso do termo irregularidade para retratar abusos extremos nas relações de trabalho.

Consideramos que observar o modo como trabalho é significado contribui para a compreensão do processo de discursivização das relações de força que estruturam a sociedade brasileira e pode contribuir para desnaturalizar a desigualdade das relações sociais em torno do eixo trabalho. Isso porque compreendemos o trabalho como uma categoria central na articulação entre linguagem, história e poder.

As análises já realizadas evidenciam a invisibilidade das vulnerabilidades sociais da classe trabalhadora e o quanto neste contextos sociais extremos alguns discursos naturalizam a exploração (extrema e extremada) do trabalhador. É dizer, estes três cenários sociais e políticos distintos (crise sanitária, trabalho análogo à escravidão e crise climática), alinham-se a um modo violento de significação do trabalho capaz de expor a classe trabalhadora a todo e qualquer risco, explicitando um processo de precarização que irrompe na impossibilidade de reconhecer e aceitar o trabalho como um direito humano.

Quanto ao acontecimento ambiental-político em tela observamos que, no fio do discurso, reforçam a manutenção desta rede de sentido quanto ao trabalho, explicitando um processo de precarização que irrompe na (im)possibilidade de alteração da escala 6x1 em discussão no Congresso Nacional (nov., 2024). Pauta social que parece silenciada, apagada e em fase de esquecimento ou abandono nas esferas de poder, sobretudo no Poder Legislativo Federal, espaço onde essa discussão deve se realizar para que seja possível alguma mudança capaz de abrandar a exploração da classe trabalhadora

Por fim, evidenciamos que neste percurso buscamos, assim, construir uma análise sobre trabalho que expõe as disputas de sentidos nas tensões de classe, evidenciando o papel da linguagem na produção e perpetuação dessas desigualdades, sobretudo em reprodução à estrutura capitalista. Nestas condições de produção, procuramos refletir e contribuir para a compreensão do nexos entre ideologia e discurso, atentando para os funcionamentos discursivos que movimentam sentidos de desigualdade/subordinação, (in)visibilização e menosprezo aos direitos fundamentais, no que tange às questões pertinentes ao mundo do trabalho. Mais do que relacionado à temática do evento, este exercício de leitura promove uma crítica sociopolítica que convida a resistirmos juntos face aos diversos movimentos de violação e de precarização de direitos e diante da urgência de pensar/fazer em prol de uma sociedade menos desigual.

Esta proposta, comprometida com a função social da pesquisa científica, é movida pela esperança de que os laços sociais possam ser (re)significados em direção à igualdade, à solidariedade e à justiça social,



levando em consideração que as práticas científicas devem assumir posicionamentos críticos e reflexivos. Assim, a cada gesto de interpretação, assumimos nosso papel social de profissionais e de pesquisadoras no âmbito da Educação e da Linguagem, buscando promover reflexões na defesa de uma ciência que resiste e luta pelo respeito aos direitos humanos, em favor de uma transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional. **Estudo aponta que enchentes de 2024 foram maior desastre natural da história do RS e sugere caminhos para futuro com eventos extremos mais frequentes**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Plano Nacional de Trabalho Decente: gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais**. Brasília: MPT, 2010.
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Denúncias de irregularidades trabalhistas relacionadas às enchentes já são 29,5% do total de maio**. 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.prt4.mpt.mp.br/procuradorias/prt-porto-alegre/12117-denuncias-de-irregularidades-trabalhistas-relacionadas-as-enchentes-ja-sao-29-5-do-total-de-maio>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- FERNANDES, Carolina. “Resistir pela opressão é preciso”: uma análise sobre deslizamento de sentidos na disputa pelo poder. In: SILVA, D. S.; SILVA, C. S. (org.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo**. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. v. 2, p. 145-170.
- GHAOURI, Oussama El. RS: denúncias trabalhistas cresceram depois de enchentes. **Rádio Agência EBC**. 11 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-01/rs-denuncias-trabalhistas-cresceram-depois-de-enchentes>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2008.
- PÊCHEUX, Michel. **Ousar pensar e ousar se revoltar**. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, 2014. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 12 set. 2016.
- PÊCHEUX, MICHEL. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1988] 2009.
- RAVAZZOLLI, Bruno. MPT investiga denúncias de comparecimento obrigatório ao trabalho em áreas alagadas no RS. **Portal G1**, 15 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/15/mpt-recebe-69-denuncias-de-comparecimento-obrigatorio-ao-trabalho-em-meio-as-cheias-no-rs.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- SAMPAIO, Cristiane. Enchentes no RS: comissão da OEA pede ‘justiça climática em políticas públicas’ no Brasil. **Brasil de Fato**, 10 maio 2025, Brasília. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/10/enchentes-no-rs-comissao-da-oea-pede-justica-climatica-em-politicas-publicas-no-brasil/>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- SOUZA, Mariana J.; SILVA, Naiara S. (Des)Igualdades em análise: uma leitura materialista sobre sentidos atribuídos ao trabalho e às relações de trabalho enquanto direitos sociais. **Revista Traços de Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 70-83, 2023.



SOUZA, Mariana Jantsch de; SILVA, Naiara Souza da. Ressignificação e resistência no sintagma “distanciamento social”: uma análise discursiva sobre a luta pelos sentidos em tempos de Covid-19 no Brasil.

Revista Fragmentum, [S. l.], n. 59, 2022.

SILVA, Naiara S.; SOUZA, Mariana J. Discurso em análise: uma reflexão sobre a luta de classes materializada no discurso acerca da pandemia da Covid-19. **Revista Porto das Letras**, v. 7, n. 2, p. 138-158, 2021.

SILVA, Naiara S.; SOUZA, Mariana J. Luta de classes, crise sanitária e dignidade humana: uma análise discursiva da desigualdade social estrutural materializada em discursos acerca da Covid-19. **Revista Letras**, Curitiba, n. 105, p. 230-246, jan./jun. 2022.

SILVA, Naiara S.; SOUZA, Mariana J. Trabalho e Desigualdades: um olhar para a escravidão contemporânea à luz da Análise de Discurso. **Revista Memorare**, v. 11, n. 2, p. 1-19, jul./dez 2024.

Enchentes no Rio Grande do Sul escancararam a crise do clima. 6 maio 2025. Disponível: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/enchentes-no-rio-grande-do-sul-escancararam-a-crise-do-clima>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SUTTO, Giovanna. 60% das denúncias após enchentes no RS são de abusos de empregadores [...] **InfoMoney**, 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/60-das-denuncias-apos-enchentes-no-rs-sao-de-abusos-de-empregadores-o-que-fazer/>. Acesso em: 22 ago. 2024.